



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS LATINO-AMERICANOS E SUAS RELAÇÕES COM O SISTEMA-MUNDO

Leticia Helena Cubas de Sousa¹; Maria Angélica Toniolo²

¹Universidade do Vale do Paraíba, Univap, lelecubas@gmail.com

²Universidade do Vale do Paraíba, Univap, angelica.toniolo@univap.br

GT7: CRISE AMBIENTAL GLOBAL, CAPITALISMO HISTÓRICO, SISTEMA MUNDO

RESUMO

O presente artigo diz respeito a uma pesquisa exploratória e teórica e tem como objetivo investigar como os impactos socioambientais na América Latina e no Brasil estão vinculados às relações globais desiguais e aos legados da colonização, tendo como base uma abordagem histórica e considerando aspectos geográficos e econômicos. A análise, orientada por perspectivas temporais e espaciais, busca conectar os efeitos locais às causas provenientes de uma escala global, revelando algumas das contradições sociais e ecológicas da histórica inserção subalternizada da América Latina no sistema-mundo. Para tanto, foi realizada uma revisão narrativa de literatura sobre a colonização latino-americana, sobre o sistema-mundo e sobre as perspectivas decoloniais, bem como foram analisados, de forma panorâmica no decorrer do texto, alguns exemplos de conflitos socioambientais que impactam a região na contemporaneidade.

Palavras-chave: Colonização; Colonialidade; Neoextrativismo; Conflitos socioambientais.

Destaques (highlights)

- A relação entre o colonialismo e os impactos socioambientais na América Latina e no Brasil, na contemporaneidade;
- A inserção desigual dos países no sistema-mundo e seus reflexos socioambientais; e
- As perspectivas decoloniais para a análise das questões supracitadas.

INTRODUÇÃO

As condições ecológicas e sociais da América Latina estão diretamente ligadas à forma como a região foi e continua inserida no sistema-mundo desde a colonização (Andrade, 2023).



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

A formação colonial e a posição subordinada dos países latino-americanos na divisão internacional do trabalho moldaram suas estruturas sociais, políticas e econômicas. A forma desigual que essas relações se dão, interna e externamente, refletem em conflitos locais que atingem diretamente a vida cotidiana e os espaços de vida das populações, principalmente daquelas mais vulnerabilizadas (Do Amaral; Maciel, 2021).

As externalidades ambientais negativas, entendidas como o repasse dos custos ambientais da produção predatória às sociedades, foram, por muito tempo, vistas como um mal necessário do progresso (Voigt, 2007; Costa, 2005). Para Svampa (2019), “a crise ecológica aparece intrinsecamente ligada à crise da modernidade”, uma vez que o atual estágio do capitalismo impõe intensa demanda por matérias-primas e energia, gerando forte pressão sobre os bens naturais, territórios e comunidades.

Apesar do avanço da consciência sobre os impactos ambientais antrópicos, sobre a finitude dos recursos naturais e quanto à crise climática, sabe-se que a extração, transformação e consumo de recursos seguem crescendo em ritmo acelerado. Segundo o Panorama Global de Recursos da ONU (2024), até 2060, a extração de recursos naturais poderá aumentar 60% em relação aos níveis de 2020.

Segundo Svampa (2019), o recente processo de transição hegemônica, com a ascensão da China no cenário geopolítico, ampliou a expansão das fronteiras de *commodities* e a reprimarização econômica na América Latina. Nesse contexto neoextrativista, marcado por monoculturas, mineração e agricultura industrial, a região mantém uma posição subordinada como “exportadora de natureza”, gerando zonas de sacrifício e injustiça ambiental, e mesmo com a transição energética, essa lógica persiste, como mostra a crescente demanda por exploração de lítio em países como Bolívia, Argentina e Chile (Svampa, 2023). O Brasil, especificamente, apesar de ter uma economia mais diversificada dentre os outros países da América Latina, tem fortes mercados extrativistas exportadores nos ramos do petróleo, do minério de ferro, da soja e da carne bovina, além de exportar celulose, cana de açúcar e café, segundo o Indicador de Comércio Exterior (ICOMEX FGV, 2024).

Este estudo busca evidenciar, por meio de ferramentas teóricas, históricas e perspectivas decoloniais, os impactos produzidos e decorrentes da posição dos países latino-americanos no sistema mundial. Para isso, realizou-se uma revisão de literatura narrativa das principais teorias



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

das relações internacionais, e dos autores que discutem a colonização, a colonialidade e a decolonialidade.

METODOLOGIA

Este estudo adotou uma abordagem qualitativa, com a realização de uma pesquisa exploratória por meio de uma revisão narrativa da literatura. Para tanto, foram utilizadas produções acadêmicas com o objetivo de compreender os principais conceitos, debates e abordagens sobre os temas investigados. Serviram como materiais de referência artigos científicos publicados em periódicos, capítulos de livros, mapas, dados disponibilizados por instituições oficiais de pesquisa, dados divulgados por organizações não governamentais (ONGs), além de notícias publicadas em jornais virtuais.

RESULTADO E DISCUSSÃO

Colonização e formação do território da América Latina e do Brasil

Ao analisar o contexto histórico da colonização que ocorreu na América Latina e dando ênfase à dimensão territorial e à relação sociedade-espço, Moraes (1994) parte da constatação basilar de que as colônias americanas se originaram de um processo de conquista territorial, ou seja, de uma conquista de um novo espaço para si, segundo a ótica dos colonizadores. No sistema colonial moderno do final do século XV e início do XVI, foi o apetite por territórios o que motivou algumas sociedades europeias à expansão ultramar, com destaque, nesse período, para os reinos ibéricos da Espanha e de Portugal, além da Inglaterra, França e Holanda.

A conquista continental para além do oceano foi possível em função do domínio das novas terras articulado com a apropriação ou destruição das estruturas pré-existentes nos territórios disputados, do controle e da subordinação dos antigos ocupantes, bem como da instalação de agentes externos. Essas imposições foram fundamentais para que os colonizadores exercessem suas soberanias sobre os grupos nativos. Para o autor, Moraes (1994), os colonizadores entendiam as colônias como uma expansão de suas terras originais e como um ganho de natureza e de povos, os quais deveriam ser adicionados e sujeitos ao seu domínio. A expropriação, a violência e o saqueio, bem como a hierarquização entre as pessoas e entre os lugares foram aspectos centrais no período colonial sul-americano. Essas características,



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

intrínsecas aos sistemas coloniais, perpetuou em sociedades que têm a conquista e exploração do solo e dos recursos muito manifesta em sua estruturação social até os dias atuais.

Os colonos foram atraídos às colônias pelo potencial produtivo de determinadas localidades, marcado pela abundância de recursos naturais — como madeira, metais preciosos e minérios — e pela disponibilidade demográfica, útil à demanda por capital humano. Segundo Moraes (1994), apenas com tais recursos e força de trabalho — tanto dos povos nativos quanto dos forçados à migração — foi possível alcançar os objetivos de lucro dos colonizadores e monarcas, por meio da exploração da natureza e das pessoas.

No caso brasileiro, Hermann (2007) destaca que tanto disputas mais combativas quanto negociações diplomáticas foram estratégias para consolidar a ocupação territorial, processo longo e conflituoso que resultou na formação do atual território nacional. Contrariando a visão romantizada do “descobrimento” e “povoamento” do Brasil, Vainfas (2007) ressalta que houve, antes de tudo, um imenso despovoamento: estima-se que milhões de indígenas habitavam o território antes da chegada europeia, número drasticamente reduzido nas décadas seguintes por genocídio, etnocídio e doenças infectocontagiosas.

Uma compreensão importante para a análise que se propõe nesta pesquisa, diz respeito ao processo de desterritorialização à qual os povos africanos e indígenas foram submetidos no período colonial em vista da escravização e do trabalho compulsório. O deslocamento forçado dessas populações, retiradas dos seus lugares de origem para a submissão em um novo ordenamento social e espacial, visava a produção de riquezas de acordo com os interesses coloniais mercantilistas. O conjunto de interesses por acumulação de capital e pelo poder, por parte do mercado e do Estado, desde a ascensão capitalista até os dias atuais, vêm influenciando e determinando as dinâmicas de estabilidade ou de mobilidade dos indivíduos no espaço geográfico, sobretudo as dos grupos sociais vulnerabilizados. As ações que manipulam a mobilidade espacial de determinados sujeitos não se limitaram ao período colonial, mas, foram, sim, exercidas de maneiras diferentes em épocas posteriores.

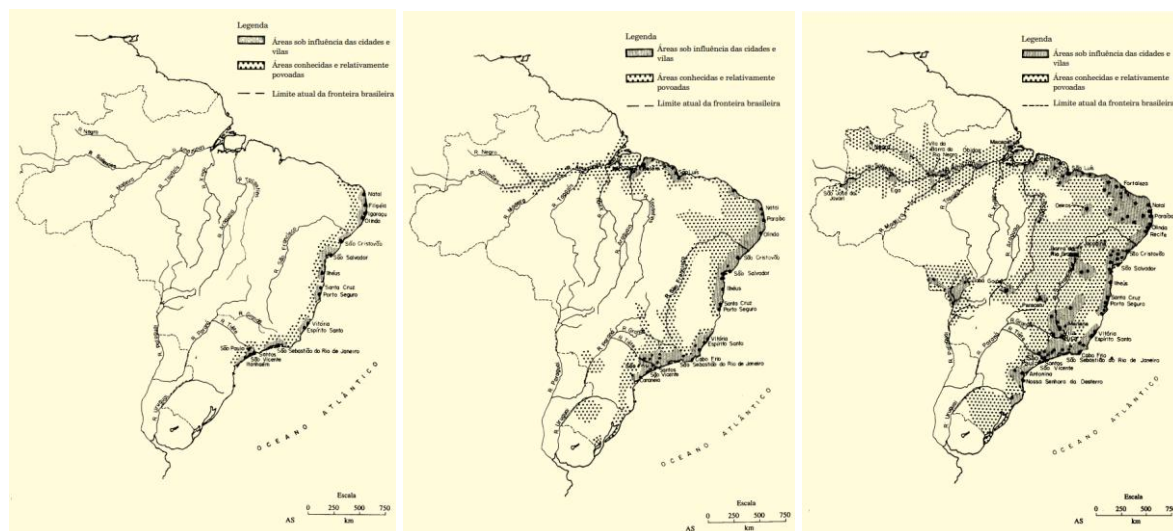
A produção que ocorria internamente nas colônias se caracterizava como uma transferência geográfica de valor: tudo o que era produzido tinha como finalidade uma localidade externa: a metrópole. Essa dinâmica de transferências de valor foi possível devido à produção e exploração em determinados locais estratégicos onde era facilitado o escoamento de mercadorias pelo território em direção aos portos e aos circuitos marítimos até chegar ao



continente europeu. Na colônia, permanecia apenas o mínimo da produção, somente o necessário para manter o sistema colonial em funcionamento, e parte desses recursos eram materializados em estruturas como, por exemplo, engenhos, fortificações e catedrais. A valorização do espaço no período colonial teve as referidas relações de trabalho e a transferência de riquezas, como aspectos fundamentais. O diferencial de valor entre as terras, só passou a existir quando algumas áreas foram entendidas como mais favoráveis do que outras, por conta de aspectos como a produtividade do solo, a distância em relação aos lugares mais adensados ou mais povoados, dos portos e de outros equipamentos (Moraes, 1994).

Sérgio Buarque de Holanda (1995), em *Raízes do Brasil*, destaca que a construção das cidades foi fundamental para a dominação colonial. Usando a metáfora do “semeador” e do “ladrilhador”, ele diferencia as estratégias territoriais de Portugal e Espanha na colonização latino-americana. Holanda observa que os portugueses ocuparam inicialmente a faixa litorânea brasileira, com crescimento urbano mais espontâneo, enquanto os espanhóis planejaram cidades nos planaltos interiores do continente.

Figura 1 - Povoamento do território brasileiro nos séculos XVI, XVII e XVIII.



Fonte: Hermann, 2007.

Inicialmente, no Brasil, não havia comercialização de terras: todas pertenciam ao monarca, que as concedia conforme o prestígio e poder dos beneficiários, com direito de uso, posse e administração, mas não de propriedade. O sistema das sesmarias, vigente até 1822, foi o primeiro ordenamento jurídico fundiário após as capitânicas hereditárias, ocupando cerca de



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

20% do território (Nozoe, 2006). A mudança ocorre com a Lei de Terras de 1850, que passou a conceber a terra como mercadoria, acessível conforme a capacidade econômica. Entre 1822 e 1850, a ausência de regulação estatal favoreceu a consolidação de grandes latifúndios no país (Smith, 1990).

Embora o primeiro sistema de distribuição de terras já fosse elitista, baseado no prestígio social, a Lei de Terras manteve a lógica excludente ao vincular o acesso à capacidade econômica. Essa estrutura fundiária gerou conflitos como a dificuldade de acesso à moradia digna, a segregação espacial e deslocamentos, tanto no campo quanto na cidade. Segundo dados do Censo Agropecuário de 2017 (IBGE), 2 mil latifúndios com mais de 10 mil hectares ocupam mais área do que 4 milhões de pequenas propriedades com até 50 hectares (Pina, 2018).

A concentração fundiária é um problema histórico e estrutural em toda a América Latina, especialmente na América do Sul, que lidera em desigualdade no campo. Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura, (FAO, 2017), o Coeficiente de Gini aplicado à distribuição de terras é de 0,85 na América do Sul e 0,75 na América Central — índices superiores aos da Europa (0,57), África (0,56) e Ásia (0,55), onde 0 significa igualdade total e 1, desigualdade total. A ausência de políticas contra o latifúndio e a má distribuição fundiária perpetuam desigualdades e a concentração econômica. Conforme aponta a OXFAM (2016), a dependência histórica do modelo extrativista, com alta exploração dos recursos naturais na América Latina e a perpetuação das relações de poder vinculadas aos latifúndios estão diretamente relacionadas às desigualdades sociais e impactos ambientais na região. Tal situação se caracteriza como um importante entrave aos países dessa região para o alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), por exemplo, enquanto meta para a sustentabilidade global nos próximos anos.

A América Latina no sistema-mundo

Algumas teorias críticas, como a Teoria da Dependência e a Teoria do Sistema Mundo, evidenciam as relações complexas e assimétricas de troca entre os países classificados como “centrais”, “semiperiféricos” e “periféricos”, e justificam como as funções desempenhadas pelos países pertencentes a cada uma dessas categorias (como demonstrado no Quadro 1), enquanto um projeto internacional, resultam em altos custos ambientais, sociais e humanos para



as nações dependentes, às quais ficam atribuídas algumas funções como a exportação de *commodities* agrícolas e matérias-primas, além da exploração da mão de obra (Martins, 2015).

Quadro 1 - Aspectos definidores do sistema-mundo.

Nível	Aspecto Econômico	Aspecto Político	Aspecto Cultural
Centro	Países com produção de alto valor agregado tecnológico; produtor e exportador de tecnologia; mão de obra especializada	Países que são Estados fortes, tendo a capacidade de ampliar seu domínio para além de suas fronteiras	Possuem forte identidade nacional e ampliam sua identidade como referencial para além das fronteiras
Semi-periferia	Países de industrialização de baixo valor tecnológico agregado; não produz tecnologia, mas a absorve; mão de obra semi-especializada e não especializada	Estados que têm o controle de sua política interna, mas não exercem influência externa	Possuem identidade cultural e nacional média
Periferia	Países que produzem produtos primários apenas; mão de obra não especializada	Estados que nem possuem o controle da sua política interna, nem exercem influência externa	Não possuem identidade nacional ou é fragmentada, prevalecendo identidades étnica ou religiosa

Fonte: Martins (2015), inspirado na obra de Wallerstein.

A partir dessas teorias, muito articuladas por pensadores como Raul Prebisch, Immanuel Wallerstein e Ruy Mauro Marini, na segunda metade do século XX, é possível compreender a posição subalternizada que a América Latina, composta por países periféricos e semiperiféricos, vem ocupando no sistema produtivo capitalista, e as consequências ecossociais dessa forma de organização, muito pautada na especialização produtiva e na interdependência material, científica e tecnológica entre os territórios (Martins, 2015).

Em virtude da maximização dos lucros que essa forma de divisão internacional do trabalho e hierarquização proporciona, a sobrevivência e expansão do capitalismo depende dela, portanto, essa forma de organização internacional é fundamental para a continuidade do sistema atual (Bueno, 2024).

Celso Furtado, entre as décadas de 1950 e 1960, desenvolveu a Teoria do Subdesenvolvimento após investigar as causas e encontrar alternativas para a superação dos obstáculos históricos e estruturais que impediam o desenvolvimento em alguns países considerados atrasados e dependentes. Para ele, seria viável algumas reformas, sem



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

necessariamente um rompimento com o capitalismo. A industrialização planejada, com participação do Estado, por exemplo, seria uma medida fundamental para modernizar os países com problemas de concentração interna de renda e de terras, altos endividamentos externos, dependência tecnológica e instabilidade política (De Moraes et al, 2019).

A Teoria dos Ciclos Hegemônicos construída por Giovanni Arrighi, inspirada no conceito de hegemonia elaborado por Antonio Gramsci, também auxilia na compreensão da análise proposta neste trabalho, uma vez que aborda as relações de poder que produzem as nações hegemônicas, caracterizadas como aquelas nações que, em posição de centralidade e de maior capacidade de acumulação, exercem influência, liderança, dominação e controle sobre as demais, não por meio da coerção e da força, mas do consenso e da disseminação da concepção do bem comum. Essas hegemonias, contudo, são transitórias, passando por ciclos de ascensão, estabilização e declínio, o que configura alternâncias na ordem mundial, similares aos ciclos econômicos de expansão e retração (Lobato; Amin, 2016).

O capitalismo histórico foi, deste modo, marcado por transições de hegemonias, onde a posição ou o título de potência principal, muito disputada entre os países centrais, veio variando no decorrer dos séculos e décadas. Contudo a América Latina permaneceu ocupando um lugar de dominação, tanto no colonialismo comercial, quanto no imperialismo industrial e na globalização — essa última entendida como uma fase hegemonicamente multipolar, com diversos centros de poder, diferentemente dos períodos anteriores (Albuquerque; Vivas, 2001). A maneira como se dá essa organização desfavorece alguns grupos de países enquanto atende aos interesses de outros, dado que a hierarquização mundial, baseada principalmente em aspectos econômicos — mas não só em econômicos — é mantida, muitas vezes, com a atuação das instituições multilaterais transnacionais, como Banco Mundial, FMI, ONU, BID, entre outras. Embora essas instituições sejam importantes para promover a paz e a prosperidade, podem reproduzir os interesses dos países do núcleo e conservar o “status quo” como legítimo, e não encorajar perspectivas mais transformadoras (Martins, 2015; Bueno, 2024; Voigt, 2007).

Perspectivas latino-americanas sobre o sistema-mundo

Mesmo com o fim do colonialismo ao longo do século XIX, quando os países latino-americanos se livraram do *status* de colônia (Andrade, 2023), a colonialidade ainda perdura e



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

atravessa o sistema mundo moderno-colonial desde 1492 até os dias de hoje (Porto-Gonçalves; Quental, 2012).

Mignolo (2017) considera que a colonialidade é o lado mais obscuro da modernidade e que não há modernidade sem colonialidade, visto que a segunda é constitutiva da primeira. De acordo com Quijano (2005), autor que inaugurou o conceito de colonialidade no final da década de 1980, a globalização, vivenciada atualmente, é o ápice de um processo iniciado com a constituição da América. Sem a conquista desse “novo” território e sem a impositiva hierarquização racial que se deu nesse período, não haveria um sistema capitalista mundial e não teria prevalecido um paradigma de modernidade eurocentrado. Segundo Quijano (2005), a colonialidade do poder, do saber e do ser é um problema histórico-estrutural que se expressa nas desigualdades baseadas em raça, classe e cultura, nos Estados que, embora sejam institucionalmente independentes, são, ainda, constituídos por sociedades e mentalidades coloniais.

A Europa Ocidental não teria se tornado o centro geopolítico do mundo, e nem sido considerada “modelo de modernidade” sem o avanço dos espanhóis para o Atlântico no final do século XV. O próprio Iluminismo e a Revolução Industrial, acontecimentos historicamente reconhecidos como centrais para a constituição da sociedade moderna, foram “financiados” e possíveis devido à continuidade e aproveitamento financeiro do colonialismo na América Latina (Dussel, 2005, 2016). O entendimento de que a modernização era um caminho linear evolucionista rumo ao modelo europeu de civilização, foi a lógica que embasou as concepções desenvolvimentistas que delegaram estratégias de desenvolvimento etapistas para outras culturas, entendidas como atrasadas, primitivas ou subdesenvolvidas (Dussel, 2005).

O papel extrativista, monocultor, minerador e agroexportador de produtos primários em larga escala exercido pelos países latino-americanos é uma característica histórico-estrutural que perpassa o colonialismo, o imperialismo e o mundo globalizado. Essa dinâmica produtiva gera profundos problemas ecológicos e sociais que não ficam restritos somente às áreas remotas onde ocorrem as produções e extrações, mas afetam as comunidades ao redor e reverberam para áreas longínquas e para as cidades.

Freitas (2023) aponta que testes em 210 cidades brasileiras identificaram um “efeito coquetel” de agrotóxicos na água consumida pela população — resultado da interação entre diferentes pesticidas, não regulada pelo Ministério da Saúde. Enquanto isso, a União Europeia



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

limita esse tipo de combinação. De Freitas e Regino (2020), com base na Teoria da Dependência, evidenciam a maior flexibilidade da legislação brasileira frente à rigidez europeia, o que reforça o papel agroexportador do Brasil na divisão internacional do trabalho. Essa dinâmica atualiza a lógica metrópole-colônia em um novo estágio do capitalismo, gerando impactos ambientais que afetam diretamente a saúde da população e a qualidade de vida.

As tragédias nas cidades de Mariana e Brumadinho, no estado de Minas Gerais (MG), que ocorreram em 2015 e 2019, respectivamente, causadas pelo rompimento de barragens de rejeitos de minério de ferro, ilustram as consequências do neoextrativismo predatório. Em Mariana, além de vítimas, ocorreu o maior desastre ambiental do Brasil e, em Brumadinho, houve um grande impacto social, com inúmeras vítimas fatais (Rocha, 2021). Em Maceió, no estado de Alagoas (AL), a mineração de sal-gema provocou migração forçada em área urbana devido a riscos geológicos, caracterizando outro desastre socioambiental com múltiplos desdobramentos (Santos, 2025).

No sistema-mundo capitalista moderno-colonial a vida humana e a natureza passaram a ser entendidas como mercadorias. Nele, a natureza, antes amplamente concebida, passou a ser entendida como um amontoado de “recursos naturais” úteis no processo de industrialização de produtos (Mignolo, 2017). Castro (2023) traz a ideia de que a recente, mas fundamental, redescoberta da percepção de finitude desses “recursos naturais” tem, cada vez mais, motivado discussões acerca das ações predatórias dos seres humanos e, nas palavras de Dussel (2011), “[...] colocar um limite ecológico ao capital é destruí-lo em sua essência, é negar a sua própria lógica [...]”. As questões ecológicas, ambientais, climáticas e sociais vêm colocando em xeque a lógica produtivista ao comprovar as limitações da natureza e, portanto, as limitações do capital, visto que este é baseado em um desenvolvimento econômico crescente, de produção e de consumo em larga escala, tanto de recursos quanto de mão de obra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As formas de organização política, econômica, social e espacial coloniais reverberam nas estruturas socioespaciais latino-americanas e brasileiras até os dias atuais, manifestando-se em riscos ambientais e danos sociais. Em outras palavras: latifúndios, monocultura, exploração dos recursos naturais, exploração da mão de obra e escravidão, que constituíram as bases estratégicas do colonialismo no capitalismo comercial, impactam diretamente a vida cotidiana

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:





XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

das pessoas, por exemplo, como analisado no texto, na qualidade da água consumida, mas, também, em tragédias decorrentes do neoextrativismo predatório, como ocorreu em Mariana (MG), Brumadinho (MG) e Maceió (AL).

Dificuldade de acesso à moradia, segregação urbana e deslocamentos forçados são outras expressões crônicas das desigualdades e injustiças sociais no espaço, e têm como origem a concentração dos meios de produção, das terras, da riqueza e da hierarquização no sistema-mundo.

Para compreender o presente na América Latina e no Brasil, em um momento de globalização neoliberal, e para que seja possível buscar alternativas e novas configurações futuras, que possibilitem um enfrentamento às injustiças socioambientais e às mudanças climáticas, faz-se necessária uma compreensão crítica das abordagens históricas e da organização das estruturas econômicas globais.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Bele; VIVAS, Gal, **A nova ordem mundial**, 2001. FACOM UFBA. Disponível em: <https://facom.ufba.br/com112_2000_1/geo_on_line/nova_ordem.htm>. Acesso em: 31 out. 2024.

ANDRADE, Leonardo; MENDES, Carolina; RIBEIRO, Alina. Reflexões sobre Estado, neoextrativismo e programas sociais na Bolívia e no Brasil. *In*: MENEZES, Roberto Goulart; ALMEIDA, Elga Lessa de, (orgs.): **Sul Global, resistências e a geopolítica do capitalismo contemporâneo**, EDUFBA, p. 63-88, 2023.

BUENO, Guilherme, **Teoria dos sistemas mundo: resumo e aspectos centrais**. Revista ESRI, 2024. Disponível em: <<https://esri.net.br/teoria-dos-sistemas-mundo/>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

CASTRO, Carlos Potiara. As florestas tropicais, o Sul Global e a Amazônia. *In*: MENEZES, Roberto Goulart; ALMEIDA, Elga Lessa de, (orgs.): **Sul Global, resistências e a geopolítica do capitalismo contemporâneo**, EDUFBA, p. 45-61, 2023.

COSTA, Simone S. Thomazi. Introdução à economia do meio ambiente. **Análise - Revista de Administração da PUCRS**, v. 16, n. 2, 2005.

DE FREITAS, André Devecchi; REGINO, Josueh Estevão Bartolomeu. A legislação para a quantidade permitida de agrotóxicos na água: os casos do Brasil e da União Europeia. **Informe Econômico (UFPI)**, v. 41, n. 2, 2020.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

DE MORAES, Isaías Albertin; IBRAHIM, Hermano Caixeta; TAUIL, Carlos Eduardo. O pensamento de Celso Furtado sobre Desenvolvimento Econômico e Capital Externo no Brasil: do Estado interventor-empresendedor ao Estado insurgente-vanguardista. **Pesquisa & Debate Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política**, v. 31, n. 2 (56), 2019.

DO AMARAL, Fabiana Felix; MACIEL, Lidiane Maria. “Decolonizando” o planejamento urbano: as experiências dos conflitos urbanos nas cidades latino-americanas. *In*: LIMONAD, Ester; MONTEIRO, João C.; MANSILLA, Pablo. (orgs.): **Planejamento territorial: reflexões críticas e perspectivas**, Editora Max Limonad, p. 185-219, 2021.

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo, **Buenos Aires: Clacso**, 2005.

DUSSEL, Enrique. La cuestión ecológica en Marx. *In*: MONTENEGRO, Leonardo Martinez. (org.). **Cultura y Naturaleza**. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, 2011. p. 227-238. Disponível em: https://www.academia.edu/8104672/Cultura_y_Naturaleza. Acesso em: 26 out. 2024.

DUSSEL, Enrique. Transmodernidade e interculturalidade: interpretação a partir da filosofia da libertação. **Sociedade e Estado**, v. 31, n. 1, p. 51-73, 2016.

FGV ICOMEX. INDICADOR DE COMÉRCIO EXTERIOR. ICOMEX de outubro referente à balança comercial de setembro, n. 90. Disponível em: https://portalivre.fgv.br/system/files/divulgacao/releases/2024-10/ICOMEX_FGV_Press%20release_Outubro2024.pdf. Acesso em: 03 nov. 2024

FREITAS, Hélen. **Água com agrotóxico sai da torneira de 210 cidades no Brasil**, 2023. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2023/10/27-agrotoxicos-sao-detectados-na-agua-consumida-em-sao-paulo-fortaleza-e-campinas/> Acesso em 03 jul. 2025.

HERMANN, Jacqueline. Cenário do encontro de povos: a construção do território. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE 500 anos. p. 17-34, 2007.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOBATO, Luísa Cruz; AMIN, Mário Miguel. Estado-nação e hegemonia no século XX sob a perspectiva da teoria dos ciclos hegemônicos de Arrighi. **Revista de Geopolítica**, v. 6, n. 1, p. 169-191, 2016.

MARTINS, José Ricardo. Immanuel Wallerstein e o sistema-mundo: uma teoria ainda atual?. **Iberoamérica Social: revista-red de estudios sociales**, v. 3, n. 5, p. 95-108, 2015.

MIGNOLO, Walter D. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 32, p. e329402, 2017.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

MORAES, Antonio Carlos Robert. A dimensão territorial nas formações sociais latinoamericanas. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 7, p. 81-86, 1994.

NOZOE, Nelson. Sesmarias e apossamento de terras no Brasil colônia. **Revista Economia**, v. 7, n. 3, p. 587-605, 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU. **Países ricos usam seis vezes mais recursos naturais do que países de baixa renda, aponta relatório do PNUMA**, 2024. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/262067-pa%C3%ADses-ricos-usam-seis-vezes-mais-recursos-naturais-do-que-pa%C3%ADses-de-baixa-renda-aponta>>. Acesso em: 28 nov. 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA. FAO ONU. **Região da América Latina e Caribe apresenta a maior desigualdade na distribuição de terra**. Disponível em: <<https://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/879574/#>>. Acesso em: 03 dez. 2024.

OXFAM INTERNACIONAL. **Unearthed: Land, power and inequality in Latin America**, 2016.

PINA, R., **No Brasil, 2 mil latifúndios ocupam área maior que 4 milhões de propriedades rurais**. Brasil de Fato. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2018/07/26/no-brasil-2-mil-latifundios-ocupam-area-maior-que-4-milhoes-de-propriedades-rurais>>. Acesso em 21 ago. 2024

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; QUENTAL, Pedro de Araújo. Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 31, 2012.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. **A Colonialidade do Saber: etnocentrismo e ciências sociais–Perspectivas Latinoamericanas**. Buenos Aires: Clacso, p. 117-142, 2005.

ROCHA, Leonardo Cristian. As tragédias de Mariana e Brumadinho. **Caderno de geografia**, v. 31, n. 1, p. 184-184, 2021.

SANTOS, Priscilla Souza dos et al. Adoecimento mental de ex-moradores afetados pela extração de sal-gema de uma mineradora de Maceió, Alagoas, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 40, p. e00209523, 2025.

SMITH, Roberto. **Propriedade da terra e transição: estudo da formação da propriedade privada da terra e transição para o capitalismo no Brasil**. Editora Brasiliense, 1990.

SVAMPA, Maristella. **As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências**. Editora Elefante, 2019.



XII
ENANPPAS

ENCONTRO NACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
EM AMBIENTE E SOCIEDADE

**COP30: ENFRENTAMENTOS ÀS
DESIGUALDADES SOCIAIS
E EMERGÊNCIA CLIMÁTICA**

SVAMPA, Maristella. **O lítio e o imaginário neocolonial**. Instituto Humanitas Unisinos, 2023. Disponível em: <<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/634954-o-litio-e-o-imaginario-neocolonial-artigo-de-maristella-svampa>>. Acesso em: 01 nov. 2024.

VAINFAS, Ronaldo. História indígena: 500 anos de despovoamento. **Brasil 500 anos de povoamento**. IBGE 500 anos. p. 35-59, 2007.

VOIGT, Márcio Roberto. A análise dos sistemas-mundo e a política internacional: uma abordagem alternativa das teorias das relações internacionais, **Biblioteca UnISCED**, 2007.

Apoio:



Realização:



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
SUSTENTABILIDADE



Financiamento:

